



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO- BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SAÚDE DA FAMÍLIA**

ANA ROCHELLY SILVA COSTA

**O CONTROLE SOCIAL NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONSELHO DE SAÚDE**

REDENÇÃO – CE

2018

ANA ROCHELLY SILVA COSTA

O CONTROLE SOCIAL NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO
DA POPULAÇÃO NO CONSELHO DE SAÚDE

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação (*Lato sensu*) em Saúde da Família da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde da Família.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Falcão do Amaral

REDENÇÃO – CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Costa, Ana Rochelly Silva. C87c

O controle social no SUS: a importância da participação da população no conselho de saúde / Ana Rochelly Silva Costa. - Redenção, 2018.

27f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização em Saúde Da Família, Instituto De Ciências Da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Falcão do Amaral.

1. Conselhos de saúde - Brasil. 2. Participação Social. 3. Sistema Único de Saúde - SUS. 4. Controle Social. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 353.60981

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

ANA ROCHELLY SILVA COSTA

O CONTROLE SOCIAL NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO
DA POPULAÇÃO NO CONSELHO DE SAÚDE

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Especialista em Saúde da Família
pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeferson Falcão do Amaral
(Orientador)

Profª. Dra. Alana Santos Monte
(membro da banca)

Prof. Msc. Carlos Bruno Silveira
(membro da banca)

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão primeiramente a Deus que é a minha fortaleza e foi minha coluna de sustentação para chegar até aqui na obtenção desse título de especialista em Saúde da Família.

À minha querida avó Edite, *in memoriam*, que desde pequena me educou e me incentivou a seguir sempre em frente nos meus estudos, mesmo após sua partida desse mundo. Suas palavras me diziam que essa era a maior herança que ela podia deixar para mim e hoje sou grata por esses ensinamentos e dedico todas as minhas vitórias a essa mulher maravilhosa que Deus colocou na minha vida.

Ao meu pai Robério, *in memoriam*, a quem também dedico esse trabalho, eu não seria quem sou hoje se eu não tivesse a história que tive.

Ao meu esposo Fernando, pelo apoio, carinho e incentivo de todos os momentos, que certamente foram essenciais durante essa caminhada.

Aos meus familiares que sempre estão na torcida pelo meu sucesso, minhas tias, meus irmãos, meus primos, minhas cunhadas, sogra, enteados, todos contribuíram para essa vitória.

Aos meus amigos, que eu costumo adjetivar de “anjos enviados por Deus” e que torcem por mim, me motivam e me inspiram.

Aos meus colegas de curso e todos que de alguma forma fazem parte da minha vida e colaboram para o meu engrandecimento, agradeço por cada palavra de motivação, por cada conselho, pela paciência que tiveram e têm comigo nos meus momentos de angústia. O contato online com os colegas da turma foi muito importante para o desempenho de todo o curso e certamente imprescindível para a finalização do mesmo.

Ao meu orientador, Professor Jeferson Falcão do Amaral, que me apoiou desde o início e me mostrou ser possível a construção desse estudo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SUS - Sistema Único de Saúde

ABS - Atenção Básica de Saúde

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CMS – Conselho Municipal de Saúde

LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	99
2 METODOLOGIA	11
2.1 Tipo de estudo	11
2.2 Descrição do estudo.....	11
2.3 Critérios de inclusão/exclusão.....	11
2.4 Análise dos dados	12
2.5 Aspectos éticos	12
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

O CONTROLE SOCIAL NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONSELHO DE SAÚDE

Ana Rochelly Silva Costa ¹

Jeferson Falcão do Amaral ²

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar, através das produções bibliográficas, a participação da sociedade civil nos Conselhos de Saúde. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Na operacionalização dessa revisão, utilizamos as seguintes etapas: seleção das questões temáticas, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, representação das características da pesquisa original, análise dos dados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão. Depreende-se, portanto, que o controle social no SUS tem como principais atores sociais, os usuários, também chamados de sociedade civil, que utilizam os serviços oferecidos pela política de saúde e a partir desse uso, mais do que qualquer outro segmento, é capaz de perceber as carências, dificuldade e desafios ainda presentes na implementação da Saúde no Brasil, é todavia, através desses atores que se pode pensar em um serviço mais eficaz, que atenda as demandas da sociedade usuária de forma qualificada. Apesar de ainda ser um tema pouco debatido e com um baixo número de publicações, os estudos já realizados trazem características essenciais para se compreender a importância da participação social e controle social no SUS. Revelou diferentes olhares sobre a prática no que se refere aos conselhos de Saúde e aos diferentes modos de participação, principalmente na atenção primária à Saúde, que é a porta de entrada do SUS.

Palavras-chave: Controle Social. Participação Social. Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze through the bibliographical productions, the participation of the civil society in the Health Councils. It is a study of integrative review of the literature. In the operation of this review, we used the following steps: selection of thematic issues, establishment of criteria for sample selection, representation of original research characteristics, data analysis, interpretation of results and presentation of the review. It can be seen, therefore, that social control in SUS has as main social actors, users, also called civil society, are those who use the services offered by health policy and from that use, more than any other segment, is able to perceive the shortcomings, difficulties and challenges still present in the implementation of health in Brazil, however, through these actors, one can think of a more effective service that meets the demands of the user society in a qualified way. Although it is still a poorly debated topic and with a low number of publications, the studies already carried out have essential characteristics to understand the importance of social participation and social control in SUS. It revealed different views on the practice regarding health councils and different modes of participation, especially in primary health care, which is the gateway to SUS.

Keywords: Social Control. Social Participation. Health Unic System.

¹ Assistente Social. Estudante do Curso de Especialização em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Redenção.

² Farmacêutico. Especialista em Farmácia Clínica e Gestão Acadêmica; Mestre e Doutor em Farmacologia. Docente do Curso de Especialização em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Redenção.

1 INTRODUÇÃO

Os Conselhos de Saúde, nas três esferas do governo, possuem caráter deliberativo e permanente no Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo parte das estruturas das secretarias de saúde. Foram criados através de muita luta social de profissionais de saúde e de setores da sociedade civil, após a promulgação da Constituição Federal de 88, com a finalidade de inserir a população e estimular a participação e controle social para nesses âmbitos de atuação popular fortalecer a política enquanto fiscalizadores e formadores da mesma. (BRASIL, 2006)

O artigo 1º, § 2º da Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, define de forma ampla a competência dos Conselhos de Saúde delegando-lhe uma atuação na formulação de estratégias e no controle de execução da política de Saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. (BRASIL, 1990)

Ainda em consonância com a Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e com a Resolução n 453/2012 do CNS o segmento dos usuários deve ser paritário com os demais segmentos. Isso quer dizer que 50% dos integrantes do Conselho de Saúde têm que ser usuários, 25% devem ser profissionais de saúde e os outros 25% devem ser gestores e prestadores de serviço. O número de conselheiros será indicado pelos plenários dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, devendo ser definido em lei (municipal, estadual e federal). (BRASIL, 2013)

Diante do exposto nas alíneas supracitadas, é fácil perceber a importância da participação dos usuários na composição dos Conselhos de Saúde, com metade das vagas dos Conselhos voltadas para este segmento, tornando-os peças fundamentais neste órgão deliberativo e basilares para uma gestão democrática e o controle social do SUS.

Para reivindicar direitos e dar respostas às necessidades da população é preciso se apropriar do contexto real e fortalecer os vínculos da participação social com as políticas de Saúde, fazendo valer o exercício do controle social que está entre os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde e cumprindo as expectativas esperadas diante das demandas de cada segmento. (NUNES, 2009)

A pesquisa vem se apresentar como elemento importante para analisar a participação da sociedade civil nos Conselhos de Saúde e de que modo tal participação tem contribuído para uma melhor qualidade dos serviços prestados e implementação da política de Saúde de forma justa e democrática, aqui nos delimitaremos as contribuições

na Atenção Básica de Saúde e aos Conselhos Municipais de Saúde.

Os Conselhos Municipais de Saúde, além de garantirem a inclusão direta da população no controle e na elaboração de políticas para a gestão de Saúde na cidade, têm também a função de elaborar, controlar e executar a política pública de saúde regional, portanto, é um segmento que busca a integralização das ações de Saúde abrangendo todas as áreas do setor como a fiscalização, proposta de estratégias e tomadas de decisões dentro das limitações que lhe competem. (ALVES, 2014)

Desta forma, compreende-se que os Conselhos não se limitam apenas a acompanhar a assistência médica individual oferecida à população, parte para o cerne da questão, diretamente ligado à gestão da Saúde o que garante a saúde de forma integral e delega grandes responsabilidades para os membros dos Conselhos. Devem funcionar mensalmente, com atas que registrem suas reuniões e ter uma infraestrutura mínima que dê suporte ao seu funcionamento. Discussões de temáticas como o orçamento destinado à Saúde, à política de recursos humanos, à relação ao setor privado, às epidemias, ao saneamento básico, às estratégias de vigilância à saúde e muitos outros aspectos são assuntos que estão diretamente ligados aos debates dos Conselhos Municipais.

Tendo em vista que a sociedade civil ainda não ocupa de forma efetiva esses espaços de participação e é através do conhecimento adquirido e da conjuntura social vigente que ideias propostas para melhorias poderão se tornar mais fáceis e eficazes. Dessa forma, nos instiga analisar como vem ocorrendo a participação popular e o controle social nos Conselhos de Saúde.

Dessa forma, esse estudo trará reflexões acentuadas para o fortalecimento do SUS com a participação e controle social, de modo que possamos debater e analisar de forma crítica e reflexiva, os desafios da implementação da política de saúde no Brasil, e são essas questões problematizadoras que dão relevância ao estudo.

Considerando o exposto, este estudo tem como objetivo analisar, por meio das produções científicas, as contribuições da participação da população nos Conselhos Municipais de Saúde para a Atenção Básica no SUS e discutir os desafios para uma eficaz inserção da atuação da sociedade civil nas decisões sobre as políticas públicas de Saúde.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Este método possibilita sumarizar as pesquisas já concluídas e obter conclusões a partir de um tema de interesse. Uma revisão integrativa bem realizada exige os mesmos padrões de rigor, clareza e replicação utilizada nos estudos primários. Embora os métodos para a condução de revisões integrativas variem, existem padrões a serem seguidos.

Na operacionalização dessa revisão, utilizaram-se as seguintes etapas: seleção das questões temáticas, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, representação das características da pesquisa original, análise dos dados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão. (SILVEIRA; ZAGO, 2006)

2.2 Descrição do estudo

Após a definição do tema foi feita uma busca em base de dados virtuais, o LILACS e o SciELO utilizando-se computador com acesso à internet. O LILACS e o SciELO são bancos de dados cujo acesso pode ser feito por pesquisa “*on line*”. Para a busca bibliográfica utilizaram-se termos da Língua Portuguesa.

Para o levantamento dos artigos, utilizamos os descritores “Sistema Único de Saúde”, “Controle Social” e “Conselho Municipal de Saúde”. Realizamos o agrupamento dos descritores utilizando o operador booleano AND da seguinte forma: “Sistema Único de Saúde / Controle Social”; “Sistema Único de Saúde / Conselho Municipal de Saúde” e “Controle Social / Conselho Municipal de Saúde”.

Em seguida, foram localizados os artigos e avaliados os resumos cuja palavra-chave estivesse contida no trabalho. O passo seguinte foi uma leitura exploratória das publicações apresentadas no período de 2010 a 2018, no idioma português, que discutiam a participação popular no controle social do SUS, a partir dos Conselhos Municipais de Saúde.

2.3 Critérios de inclusão/exclusão

Os critérios de inclusão empregados que conduziram a pesquisa foram: que respondessem a pergunta de partida, estivessem compreendidos no período de 2010 – 2018, se

encontrassem disponíveis de forma gratuita, eletronicamente e completos na íntegra, se encontrassem no idioma português para facilitar a minha compreensão nas análises, dessa forma nenhuma informação importante passaria despercebida. Os critérios de exclusão empregados foram: projetos de pesquisa, artigos de revisão integrativa, manuais ou artigos repetidos entre as bases de dados. O estudo foi realizado no período de maio a julho de 2018. A escolha do período dos artigos buscados deu-se devido à existência de revisões integrativas já realizadas sobre essa temática até o ano de 2011, dessa forma essa pesquisa também servirá de análise comparativa com o que já fora realizado.

2.4 Análise dos dados

Para análise e categorização dos artigos, foi realizada uma leitura interpretativa dos que se enquadravam nos critérios de inclusão/exclusão do estudo e realizada a análise descritiva dos dados de acordo com os objetivos propostos. Os dados foram coletados simultaneamente, sendo analisados e apresentados através de revisão de literatura integrativa. Foram enquadrados e analisados juntos, os objetivos que versavam sobre a mesma finalidade, da mesma forma quanto à participação popular no controle social do SUS a partir dos Conselhos Municipais de Saúde.

2.5 Aspectos éticos

Foram respeitados os aspectos éticos no que concorda a fidedignidade dos dados e autores encontrados nos artigos que compõem a amostra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

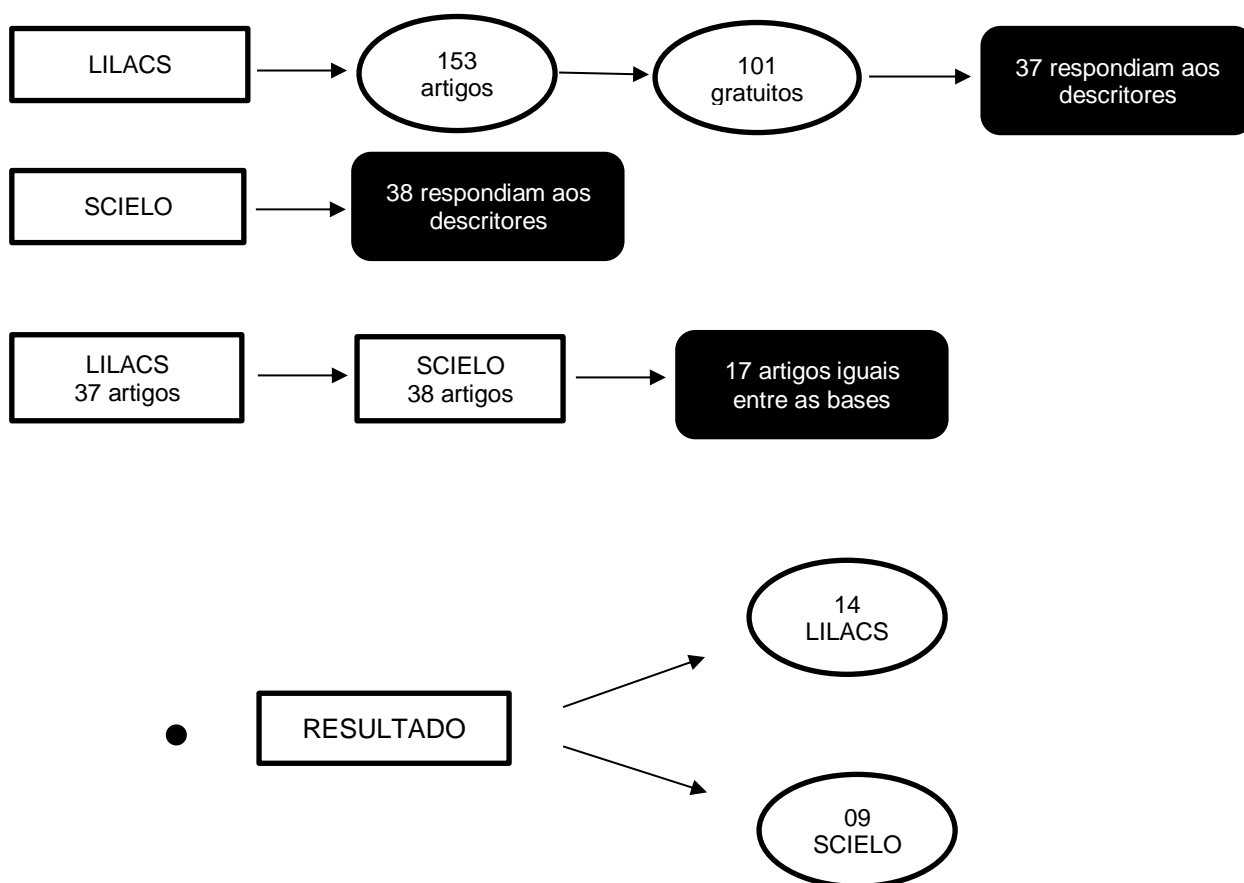
A base de dados LILACS forneceu 153 artigos, sendo 101 deles com acesso gratuito e 52 com acesso pago, deste modo, entrando no caráter de exclusão. Dos 101 artigos que possuíam livre acesso, somente 37 respondiam aos descritores.

O SciELO proporcionou 38 artigos com a busca dos descritores, somente 23 respondiam à pergunta de partida.

Vale ressaltar que entre as bases de dados LILACS e SciELO ocorreram 17 artigos iguais entre eles. Em todos os artigos, ocorreu a sua leitura exaustiva integralmente antes de serem excluídos do presente trabalho.

Quadro 1 – Fluxograma de Artigos selecionados / base de dados para a Revisão

Integrativa



Quadro 2 – Síntese dos artigos obtidos na Revisão Integrativa (2010 a 2018)

Nº	Título	Autor	Ano de Publicação/ Base de Dados	Objetivo	Desenho Metodológico	Conclusão
1	A participação do Conselho Municipal de Saúde na Consolidação da Estratégia de Saúde da Família e na Organização da Atenção Básica.	CAPDEVILLE, R. C. S.	LILACS 2010	O objetivo deste estudo foi avaliar as ações do Conselho Municipal de Saúde de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha.	Trata-se de um estudo descritivo e exploratório. Foram analisadas 85 atas lavradas no período de 16/11/2004 a 10/09/2009 que registraram todas as ações e intervenções do Conselho, a partir disso foram classificados em 7 grupos e comparadas quantitativamente, além de se fazer uma análise qualitativa das ações e do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.	Os resultados apontam que mesmo em um Conselho Municipal de Saúde atuante e organizado como o de Araçuaí, a contribuição do Conselho Municipal para a consolidação da Estratégia de Saúde da Família ainda é muito menos que a necessária.
2	Importância da Participação Popular nas ações de Saúde. Universidad e Federal de Minas Gerais	ULHOA, D. A. M. e COUTO, A. C. P.	LILACS 2012	Propor estratégias para a participação da população nas ações de saúde e como esta pode ser realizada a fim de contribuir para a construção de uma saúde de qualidade.	Foi realizado Importância da Participação Popular nas ações de Saúde levantamento bibliográfico visualizando a importância do controle social.	Verificou-se que não é possível pensar em saúde sem participação popular, pois a participação popular contribui para o melhor funcionamento da saúde à medida que possibilita a otimização do planejamento das ações, promoção do auto cuidado, fortalecimento dos princípios e diretrizes do SUS e outros.
3	Participação popular e o controle	ROLIM, L. B. et al.	SciELO Saúde em	Realizar uma análise deste modelo de	Pesquisa narrativa baseada em publicações	A sociedade civil ainda não ocupa de forma

	social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa		Debate • Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.	participação popular e controle social no SUS, bem como favorecer reflexões aos atores envolvidos neste cenário.	relevantes produzidas no Brasil nos últimos 11 anos.	efetiva os espaços de efetivação.
4	O Controle Social na Atenção Primária e a atuação dos Conselheiros Municipais	BARROS O, K. A.; SILVA, G. S.	LILACS Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 213-219, set./dez. 2015.	Conhecer a atuação dos conselheiros municipais de saúde no controle social junto à organização da atenção primária à saúde.	Trata-se de um estudo transversal descritivo de abordagem quantitativa realizado com 40 conselheiros de saúde de quatro municípios da microrregião sanitária de Diamantina, Minas Gerais. Utilizando-se um questionário semiestruturado na coleta de dados e sua análise se deu por meio da estatística descritiva.	Os conselheiros relatam conhecer os serviços de atenção primária, seus problemas, porém há baixa participação em reuniões nas respectivas unidades de saúde onde são usuários. O estudo evidenciou uma fragilidade do exercício do controle social na atenção primária à saúde e a necessidade de maior aproximação dos conselheiros com estes serviços.
5	Análise da atuação do conselho municipal de saúde de uma cidade do interior paulista a partir de uma visão crítica.	ZUTIN, P. R. S.; et al.	LILACS REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2018. Vol. 10 (1), 1479-1485.	Conhecer, descrever e avaliar a experiência de organização, atuação dos membros de um conselho municipal de saúde de um município do interior.	O desenho da pesquisa corresponde a um estudo descritivo, transversal e documental. Participaram desse estudo todos os membros do conselho municipal de saúde do município. Os dados obtidos foram	Constatou-se que no município estudado, o conselho apresenta a composição preconizada pela lei 8.142/90, as reuniões não seguem uma periodicidade

					<p>analisados qualitativamente a partir do elemento narrativa da metodologia relacional do diamante ético idealizado por Joaquín Herrera Flores.</p>	<p>ideal, as discussões orçamentárias sobressaem sobre as reais necessidades de saúde da população. Apesar de existente, o conselho não é efetivo para assegurar o direito humano à saúde.</p>
6	<p>Participação Popular e Controle Social na Unidade Básica de Saúde Fazenda Itajubá do Município de Novo Lino – Alagoas: uma proposta de intervenção.</p>	<p>BANDEIRA, B. C.; SILVA, S. N.</p>	<p>SciELO 2014.</p>	<p>Elaborar um plano de intervenção com vistas ao aperfeiçoamento da participação popular dos usuários pertencentes à Unidade de Saúde Fazenda Itajubá.</p>	<p>Revisão bibliográfica sobre participação popular e controle social na atenção básica tendo como referência o período de 2000 a 2013. O tema “participação popular e controle social na atenção básica” foi levantado nos manuais do Ministério da Saúde e nas bases de dados da LILACS e do SciELO.</p>	<p>O isolamento das pessoas, característico da zona rural, o baixo nível educacional e a dificuldade de acesso à unidade dificultam o fortalecimento da participação social na Unidade Básica Fazenda Itajubá.</p>
7	<p>O Controle Social no Sistema Único de Saúde</p>	<p>OTOBELLI, C.; et al.</p>	<p>LILACS Revista de Enfermagem Frederico Westphalen v. 6-7 n. 6-7 p. 149 - 170 2010-2011</p>	<p>Identificar, na literatura nacional, produção científica sobre a temática Controle Social na saúde; e destacar os principais aspectos abordados na literatura, inerentes ao exercício do Controle Social na saúde.</p>	<p>Um estudo, de caráter bibliográfico mediante o qual, promoveu-se um levantamento de informações a respeito do Controle Social junto à literatura do país.</p>	<p>Podemos compreender que através da potencialização do exercício do Controle Social junto à sociedade de uma forma geral, é plausível que avancemos rumo à solidificação de um Sistema de Saúde mais justo e democrático a nível nacional.</p>
8	<p>Participação popular e controle</p>	<p>SORATTI, O, J.; et al.</p>	<p>LILACS</p>	<p>Construir um processo de participação</p>	<p>Um estudo de pesquisa ação com uma abordagem</p>	<p>Constatou-se que a institucionaliza</p>

	social em saúde: desafios da Estratégia Saúde da Família		Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 20 [4]: 1227-1243, 2010	popular e controle social em saúde, no território de uma Estratégia Saúde da Família, na região sul do Estado de Santa Catarina.	qualitativa, A coleta de dados consistiu na observação participante e entrevistas. A construção do processo de participação popular e controle social se deu em três momentos: conhecimento situacional, dialogo emancipador e momento “D”.	ção de espaços participativos não garante a participação popular e o controle social em saúde.
9	A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde: um estudo qualitativo	GRISOTTI, M.; et al.	LILACS Ciência & Saúde Coletiva, 15(3):831-840, 2010	Analisar a efetividade e a resolutividade de ações do SUS e a satisfação de usuários, tendo como unidades de análise uma comunidade e o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis.	Pesquisa de abordagem qualitativa. Os dados foram colhidos através de análise documental, entrevista e observação participante. As fontes de dados foram documentos oficiais e registros de observação de campo; moradores da comunidade.	Em relação ao conselho, evidenciou-se deficiências na sua organização, composição e representatividade, nos encaminhamentos das deliberações, no papel do conselheiro e na sua relação com a entidade que ele representa. A participação popular e o controle social, como condições essenciais para a efetivação das propostas do SUS, ainda permanecem como expectativa e um grande desafio.
10	Controle Social na Estratégia Saúde da Família: concepções e	SIMÕES, A. V.; et al.	SciELO Revista Bahiana de Saúde Pública.	Analisar as concepções dos usuários e dos trabalhadores da ESF do	Trata-se de uma pesquisa qualitativa, numa perspectiva aproximada do método hermenêutico-	A concepção de controle social de parte dos entrevistados esteve

	ações dos usuários e trabalhadores de saúde		v.38, n.2, p.499-502 abr./jun. 2014	município de Jequié-BA sobre o controle social.	dialético, em que foi utilizada como técnicas para coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação sistemática e a análise documental.	relacionada à noção de controle do Estado sobre os cidadãos, fazendo alusão a noção do campo da política e das ciências sociais
11	Desafios da participação popular nos conselhos de saúde	DURÁN, P. R. F.; GERSCHMAN, S.	LILACS Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.884-896, 2014	Contribuir para um olhar crítico acerca dos modos de participação dos conselhos de políticas no contexto das políticas de saúde.	Análise teórica	Conselhos de Saúde altamente institucionalizados, não apontam para mecanismos de cooptação dos representantes da sociedade por parte do Estado, mas às formas regulatórias de controle da agenda política por parte dos gestores. Os conselhos permaneceram atrelados à sua origem.
12	Controle social do Sistema Único de Saúde: o que pensam os conselheiros municipais de saúde	ZAMBO N, V. D.; et al.	LILACS Rev Bras Enferm. 2013 nov-dez; 66(6): 921-7.	Analisar o controle social na perspectiva dos conselheiros municipais de saúde.	Abordagem qualitativa utilizando entrevistas semiestruturadas.	Identificou-se que alguns conselheiros não reconhecem a participação social como diretriz do Sistema de Saúde. Apesar do reconhecimento dos conselhos como espaços deliberativos, identificam-se dificuldades como a centralização das decisões na

						gestão, a valorização do saber técnico e a não realização de conferências de saúde. Há limitações no efetivo exercício do papel de conselheiro, dificuldade de interlocução com as bases de representação e de acesso a informações.
13	Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS	SHIMIZU ; H. E.; et al.	SciELO Ciência & Saúde Coletiva, 18(8):2275-2284, 2013.	Analisar as representações sociais dos conselheiros municipais de saúde acerca do controle social em saúde.	Foram realizadas 60 entrevistas com os conselheiros de dezenove municípios da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). A análise foi feita com o software Analyse Lexicale par Contexte d' un Essemble de Segments de Texte (ALCESTE) que apreendeu dois eixos temáticos.	A representação social do controle com foco na participação social parece ser constrangida por um ritual – o da burocratização das políticas e práticas nos conselhos.
14	Controle social no SUS: discurso, ação e reação	OLIVEIRA, A. M. C.; et al.	SciELO Ciência & Saúde Coletiva, 18(8):2329-2338, 2013.	Descrever e analisar a dinâmica da participação social, a partir das representações sociais dos Conselheiros Municipais de Saúde de Belo Horizonte sobre os sentidos do controle social.	Foram utilizadas técnicas de entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado e de observação participante. Decorridos três anos da realização da pesquisa, recorreu-se à técnica de pesquisa documental para verificar a existência de sinais de reação institucional visando minimizar as dificuldades relatadas.	Verifica-se que a instituição política Conselho Municipal de Saúde, reflexivamente, aciona diversos mecanismos para aprimorar seus modos de ação e organização e, também, o comprometimento dos atores para com esse

						fórum.
15	O Exercício do Controle Social no Sistema Único de Saúde: a ótica do enfermeiro como membro do Conselho Local de Saúde	MARTIN S, A. L. X.; SANTOS, S. M. R.	SciELO Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.1, p.199-209, 2012	Conhecer o posicionamento do enfermeiro sobre sua atuação no Conselho Local de Saúde frente ao princípio organizacional do SUS de controle social no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde.	Pesquisa qualitativa, do tipo exploratório descritivo; os dados foram coletados por meio de entrevistas com enfermeiros de Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Juiz de Fora e atuantes nos Conselhos Locais de Saúde. Foram entrevistados 15 enfermeiros.	A maioria dos entrevistados tem consciência da importância da atuação do CLS, e considera importante a participação do Enfermeiro no CLS, devido a sua formação voltada para a prática social e de saúde pública. No entanto, muitos entrevistados ainda acreditam que a atuação do Enfermeiro no CLS é importante somente como espaço para divulgar ações e necessidades do serviço de atenção básica à saúde.
16	O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de Saúde	COTTA; R. M. M.; et al.	SciELO Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 21 [3]: 1121-1137, 2011	Analisar a experiência do controle social, via Conselho de Saúde - CS, em um município de pequeno porte.	Utilizando o referencial teórico da pesquisa qualitativa.	A possibilidade de uma gestão participativa no SUS não se consolidou como uma prática efetiva.
17	Os Conselhos Municipais de Saúde e a gestão participativa	JORGE, M. S.; VENTURA, C. A.	LILACS Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 106 - 115, jan./jul. 2012	Analisar a temática dos Conselhos Municipais de Saúde e da Gestão Participativa	Revisão bibliográfica sobre a temática dos Conselhos Municipais de Saúde como instrumentos de controle social e democratização das	Verificou-se uma razoável participação dos conselheiros na formulação, implementação e avaliação das políticas.

					políticas de saúde.	
18	A participação comunitária no sistema único de saúde: revisão integrativa da literatura	FERNANDES, V. C.; et al.	LILACS Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 30(1): 125-134, jan./mar., 2017	Revisar, na literatura, a participação comunitária no Sistema Único de Saúde.	A busca bibliográfica foi realizada por três examinadores independentes nas bases de dados eletrônicas Banco de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e (Scientific Electronic Library Online (SciELO), com os descritores: “participação comunitária”, “Sistema Único de Saúde” e “saúde”.	O estudo deu visibilidade à produção científica acerca da participação comunitária e pôde-se inferir que apresentou crescente incorporação prática em diferentes campos da saúde coletiva, com destaque às Unidades de Saúde da Família e aos Conselhos de Saúde.
19	Um olhar sobre a dinâmica do conselho de saúde de um município da região metropolitana de Belo Horizonte / MG	MACHADO, R. T.; SILVA, K. L.	SciELO Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2012	Analisar a dinâmica do Conselho de Saúde de um município da região metropolitana de Belo Horizonte em relação às políticas públicas de saúde.	Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa que visa identificar o funcionamento, a organização e as prioridades apresentadas nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde (CMS) através da análise de dados secundários.	Embora a organização do Conselho Municipal de Saúde encontra-se dentro dos parâmetros estabelecidos pelas legislações federais, há deficiência na sua dinâmica de funcionamento relacionada com as funções que lhe são atribuídas.
20	A participação do Conselho Municipal de Saúde na Consolidação da Estratégia de Saúde da Família e na Organização	CAPDEVILLE, R. S.; CAMARGOS, A. T.	SciELO 2010	Analisar a contribuição do Conselho Municipal de Saúde (CMS) para a consolidação da Estratégia de Saúde da Família e organização da	Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, Foram analisadas as 85 atas lavradas no período de 16/11/2004 a 10/09/2009, que registraram todas as ações e intervenções do Conselho. A partir disso,	Os resultados apontam que, mesmo em um Conselho Municipal de Saúde atuante e organizado como o de Araçuaí, a contribuição

	da Atenção Básica.			atenção básica.	elas foram classificadas em 7 grupos e comparadas quantitativamente, além de se fazer uma análise qualitativa das ações e do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.	do Conselho Municipal para a consolidação da Estratégia de Saúde da Família ainda é muito menor que a necessária: a atuação do Conselho Municipal de Araçuaí está mais voltada para a regulação do sistema existente e é ainda muito incipiente quanto à formulação de estratégias de saúde.
21	A autocrítica necessária: notas sobre os desafios do controle social na saúde	GUIZAR D; F. L.	LILACS RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde. 2015 jul.-set.; 9(3)	Busca analisar alguns dos desafios atuais relacionados à construção da participação social no Sistema Único de Saúde.	Como ponto de partida é apresentado um conjunto de problemas que permanecem não superados, indicados com significativa convergência pela produção acadêmica da área.	Temos avançado pouco na construção de espaços públicos na sociedade brasileira e a saúde tem muito a contribuir nessa tarefa mas, para isso, é necessário o esforço de desnaturalizar os mecanismos e arranjos que cerceiam a potência democrática dos dispositivos que criamos. Faz-se preciso, também, rever o sentido desses dispositivos, cuja

						conformação foi espelhada na lógica da representação de interesses.
22	Proposta de educação permanente para conselheiros municipais de saúde: relato de experiência	FAKHOURI; A. P.; et al.	LILACS Revista Baiana de Saúde Pública. v. 40, n. 4, p. 1029-1040 out./dez. 2016	Discutir a compreensão do conselheiro relativa ao seu papel e atuação, bem como aos sentidos do controle social.	Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, por meio da aplicação da Educação Permanente em Saúde, com os Conselheiros Municipais de Saúde de um município de porte médio do interior do estado de São Paulo.	Concluiu-se que, mesmo uma proposta considerada boa precisa ser discutida, desconstruída e reconstruída com o outro, principalmente nos espaços em que ainda prevalecem resquícios de posturas autoritárias, provocando comportamentos agressivos e excludentes.
23	O controle social enquanto instrumento para a qualidade da assistência na estratégia de saúde da família	AZEVEDO; D. M.; et al;	LILACS R. pesq.: cuid. fundam. online 2012. out./dez. 4(4):2953-65	Identificar a compreensão dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) sobre controle social, e apreender as contribuições deste na instância local.	Pesquisa exploratória e qualitativa, realizada na ESF do município de Ouro Branco-RN, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	O controle social foi concebido como uma ferramenta que garante direitos à saúde, representada por um conjunto de ações básicas que resultam no bem estar da população.

Percebemos que a fonte onde mais obtivemos dados para o referente trabalho foi a base do LILACS, isso se explica pelo fato de a base do LILACS ser uma base de dados Latino-Americana de informação bibliográfica em ciências da saúde. Em termos gerais, abrange toda a literatura relativa às ciências da saúde.

Na análise das amostras encontradas, verificamos que no período pesquisado, de 2010 a 2018, foram encontrados poucos artigos relacionados à temática em questão, entretanto durante todos os anos que delimitamos para essa revisão encontramos publicações de artigos, evidenciando que se manteve uma média das publicações, mas que ainda assim

consideramos poucas diante da margem do período pesquisado.

Vale ressaltar que não foi encontrado um periódico específico para estudos desse tema, o que dificultou um pouco a busca por amostras, pois a maioria dos artigos foi encontrada em publicações de periódicos gerais. Consideramos que isso pode demonstrar pouco interesse em publicações com esse tema.

Os objetivos dos artigos selecionados, em geral, buscam analisar, refletir, identificar a participação social nos Conselhos de Saúde, principalmente nos Conselhos de Saúde municipais considerando suas contribuições para os serviços e qualidade da saúde.

Os caminhos metodológicos dos artigos selecionados para a revisão integrativa são estudos descritivos, exploratórios e bibliográficos com abordagens qualitativas. A pesquisa de abordagem qualitativa é importante porque visa a construção da realidade e se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GODOY, 1995, p. 58)

Do total de artigos selecionados para o presente estudo, 61% dos artigos são provenientes da base de dados do LILACS, sendo os outros 39% provenientes do SciELO, tendo em vista que somente nessas duas bases de dados foram encontrados artigos relacionados ao tema. As palavras-chave mais utilizadas pelos autores foram “controle social e participação popular”.

Os objetivos dos estudos da amostra dessa pesquisa buscam avaliar e/ou refletir sobre os Conselhos Municipais de Saúde (39%), Participação Popular (61%) e o Controle Social (39%). Verificou-se que apenas 8,7% dos artigos selecionados estavam voltados para a atenção primária, o que dificulta um pouco quando se pretende identificar as contribuições dos Conselhos Municipais para a Atenção Básica de Saúde, contudo, no desenvolvimento dos artigos encontram-se presentes importantes ideias, análises e reflexões sobre o controle social no SUS e a importância da participação popular que é um dos principais objetivos dessa revisão.

Com base nos resultados e conclusões dos artigos selecionados e analisados, constatamos que todos os estudos evidenciam a importância da participação social nos Conselhos de Saúde e em sua maioria afirmam que mesmo que o Conselho de Saúde seja atuante e organizado, ainda é insuficiente a representatividade social nesses espaços, ou seja, não há a consolidação de uma gestão participativa de forma efetiva no SUS, a expectativa não foi alcançada e os desafios não foram ultrapassados. Os estudos de números 1, 4, 9 e 16 do

quadro 2 comprovam bem essas afirmações.

Se ainda em espaços de controle social organizados e atuantes a participação social não tem sido efetiva e eficaz, nos espaços precários, desorganizados que ainda prevalecem resquícios de posturas autoritárias que provocam comportamentos agressivos e excludentes é que essa participação não se consolida. São desafios gigantes a serem superados.

O estudo de número 6 do quadro 2, considera que um dos problemas que dificulta o acesso e fortalecimento da participação social e compromete o controle social na saúde é o baixo nível educacional, principalmente dos membros do segmento composto pelos usuários do SUS. Estes muitas vezes acabam por se afastarem das reuniões e encontros nos espaços de controle social do SUS, aqui em questão os conselhos de saúde, por não conseguirem acompanhar ou até mesmo entender os assuntos pautados nas reuniões por conta de palavras mais técnicas, que poderiam ser tratadas de forma mais abrangente, utilizando-se da educação popular capaz de promover o diálogo, compartilhar experiências e construir novos saberes coletivos, a fim de que todos tenham ciência das informações de saúde e assuntos debatidos.

Diante das dificuldades apresentadas da participação social, constata-se a necessidade de os conselheiros terem uma maior proximidade com os usuários para que estes se sintam peças-chaves nos Conselhos de Saúde. Participar das reuniões realizadas pelos Conselhos de Saúde, principalmente os conselhos municipais, é tarefa de obrigação da sociedade, é fazer valer a democracia e as lutas sociais que fizeram chegar neste momento.

Outro grande desafio para a efetivação da participação popular nos Conselhos de Saúde e que muitas vezes passa despercebidamente, mas que o artigo de número 12 (ZAMBON, V. D.; et al.) traz de forma espetacular é a questão da centralização das decisões dos espaços de controle social na gestão que muitas vezes buscam benefícios individuais e imediatos.

Há uma supervalorização do saber técnico ao invés da educação popular, o que exclui a sociedade civil composta pelos usuários, pois não se sentem parte da construção das políticas de saúde e isso vai causando desinteresse dos usuários nesse espaço de participação, onde muitas vezes atuam apenas como coadjuvantes.

Entretanto, acreditamos que ninguém é mais capaz de avaliar os serviços de saúde do que a população usuária, bem como não há segmento que melhor reivindique os direitos de saúde do que este. Contudo, ressalta-se que o conselho não é efetivo para assegurar o direito humano à saúde, mas é um dos passos mais importantes para sua consolidação e é importante que a população seja reconhecida como foco principal nesse processo participativo.

Depreende-se, portanto, que o controle social no SUS tem como principais atores sociais, os usuários, também chamados de sociedade civil, pois são eles que utilizam os serviços oferecidos pela política de saúde e a partir desse uso, mais do que qualquer outro segmento, é capaz de perceber que as carências, dificuldade e desafios, ainda presentes na implementação da saúde no Brasil, são através desses atores que se pode pensar em um serviço mais eficaz, que atenda as demandas da sociedade usuária de forma qualificada.

Ninguém mais apropriado para lutar por uma qualidade dos serviços de Saúde do que os próprios usuários e para isso sua atuação nos espaços de controle social do SUS é imprescindível, porém, muitas vezes a população tem pouco conhecimento da existência dos Conselhos de Saúde. Há de se introduzir na população brasileira uma cultura de sociedade democrática, é evidente que ainda possuímos atrasos e uma modernização conservadora no país, mas não se pode destruir essa realidade sem construir uma nova.

Para que essa realidade seja modificada e para que haja maior efetivação no controle social do SUS, é necessário que os conselheiros passem por um processo de reconhecimento do seu importante papel e uma capacitação quanto às bases legais e ideológicas sobre o controle social e a participação social no SUS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe análises e reflexões importantes de produções científicas já produzidas a respeito dos Conselhos de Saúde e da Participação Social. Apesar de ainda ser um tema pouco debatido e com um baixo número de publicações, os estudos já realizados trazem características essenciais para se compreender a importância da participação social e controle social no SUS. Revelou diferentes olhares sobre a prática no que se refere aos conselhos de saúde e aos diferentes modos de participação, principalmente na atenção primária à Saúde, que é a porta de entrada do SUS.

Conclui-se que essa revisão integrativa reforçou a importância do estudo dessa temática por se tratar de um dos principais mecanismos do SUS, trata-se de uma das diretrizes do SUS, é o ramo responsável por planejar, avaliar e fiscalizar a implantação e implementação da política de saúde no país, é através dele que são deliberados os maiores avanços da saúde, é o âmbito de participação da população que necessita de uma saúde pública de qualidade, pois como exposto no decorrer de todo este trabalho possui muitos desafios. Por fim, é uma área de pesquisa que necessita de reflexões nos seus mais diversos cenários.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. **Qual é o papel do Conselho Municipal da Saúde na Gestão SUS?**. Disponível em: < <http://meuprontuario.net/qual-e-o-papel-conselho-municipal-da-saude-na-gestao-sus/> >. Acesso em: 28/06/2018.
- AZEVEDO; D. M.; et al; **O Controle Social enquanto Instrumento para a Qualidade da Assistência na Estratégia de Saúde da Família**. R. pesq.: cuid. fundam. online 2012. out./dez. 4(4):2953-65.
- BANDEIRA, B. C.; SILVA, S. N.; **Participação Popular e Controle Social na Unidade Básica de Saúde Fazenda Itajubá do Município de Novo Lino – Alagoas: uma proposta de intervenção**. SciELO, Novo Lino - AL, 2014.
- BARROSO, K. A.; SILVA, G. S.; **O Controle Social na Atenção Primária e a atuação dos Conselheiros Municipais**. Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 213-219, set./dez. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde**. – 2 ed. – Brasília: Editora no Ministério da Saúde, 2006, 208p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde**. – 2 ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28p.
- CAPDEVILLE, R. C. S.; **A participação do Conselho Municipal de Saúde na Consolidação da Estratégia de Saúde da Família e na Organização da Atenção Básica**. Universidade Federal de Minas Gerais. Araçuaí, 2010.
- CAPDEVILLE, R. C. S.; CAMARGOS, A. T.; **A participação do Conselho Municipal de Saúde na Consolidação da Estratégia de Saúde da Família e na Organização da Atenção Básica**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2010.
- COTTA; R. M. M.; et al.; **O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de Saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 21 [3]: 1121-1137, 2011.
- DURÁN, P. R. F.; GERSCHMAN, S.; **Desafios da participação popular nos conselhos de saúde**. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.884-896, 2014.
- FAKHOURI; A. P.; et al.; **Proposta de Educação Permanente para Conselheiros Municipais de Saúde: relato de experiência**. Revista Baiana de Saúde Pública. v. 40, n. 4, p. 1029-1040 out./dez. 2016.
- FERNANDES, V. C.; et al.; **A Participação Comunitária no Sistema Único de Saúde: Revisão Integrativa da Literatura**. Revista Brasileira Promoção da Saúde, Fortaleza, 30(1): 125-134, jan./mar., 2017.
- GRISOTTI, M.; et al.; **A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde: um estudo qualitativo**. Ciência & Saúde Coletiva, 15(3):831-840, 2010.

GUIZARD; F. L.; **A autocrítica necessária:** notas sobre os desafios do controle social na saúde. RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde. 2015 jul.-set.; 9(3).

JORGE, M. S.; VENTURA, C. A.; **Os Conselhos Municipais de Saúde e a gestão participativa.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 106 - 115, jan./jul. 2012.

MACHADO, R. T.; SILVA, K. L.; **Um Olhar Sobre a Dinâmica do Conselho de Saúde de um Município da Região Metropolitana de Belo Horizonte / MG.** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, A. L. |X.; SANTOS, S. M. R.; **O Exercício do Controle Social no Sistema Único de Saúde:** a ótica do enfermeiro como membro do Conselho Local de Saúde. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.1, p.199-209, 2012.

NUNES, G. M. **Os desafios da Participação Popular no Sistema Único de Saúde.** Disponível em: < www.sejarealista.fies.wordpress.com/2009/12/3part_popular-sus.pdf >. Acesso em: 28/06/2018.

OLIVEIRA, A. M. C.; et al.; Controle social no SUS: discurso, ação e reação. Ciência & Saúde Coletiva, 18(8):2329-2338, 2013.

OTOBELLI, C.; et al.; **O Controle Social no Sistema Único de Saúde.** Revista de Enfermagem Frederico Westphalen v. 6-7 n. 6-7 p. 149 - 170 2010-2011.

ROLIM, L. B. et al.; **Participação popular e o controle social como diretriz do SUS:** uma revisão narrativa. Saúde em Debate • Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.

SHIMIZU; H. E.; et al.; **Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS.** Ciência & Saúde Coletiva, 18(8):2275-2284, 2013.

SILVEIRA, C.S.; ZAGO, M.M.F. **Pesquisa brasileira em enfermagem oncológica: uma revisão integrativa.** Rev Latinoamericana de Enfermagem, v.14, p.614-619, 2006.

SIMÕES, A. V.; et al.; **Controle Social na Estratégia Saúde da Família:** concepções e ações dos usuários e trabalhadores de saúde. Revista Bahiana de Saúde Pública. v.38, n.2, p.499-502 abr./jun. 2014.

SORATTO, J.; et al.; **Participação popular e controle social em saúde:** desafios da Estratégia Saúde da Família. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 20 [4]: 1227-1243, 2010.

ULHOA, D. A. M. e COUTO, A. C. P.; **Importância da Participação Popular nas ações de Saúde.** Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba/MG, 2012.

ZAMBON, V. D.; et al; **Controle social do Sistema Único de Saúde:** o que pensam os conselheiros municipais de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem. 2013 nov-dez; 66(6): 921-7.

ZUTIN, P. R. S.; et al.; **Análise da atuação do conselho municipal de saúde de uma cidade do interior paulista a partir de uma visão crítica.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2018. Vol. 10 (1), 1479-1485.